Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

UTOPIA LIBERTÁRIA

Um Gênero Discursivo com os Pés na História

LIBERTARIAN UTOPIA

One Discursive Genre Based on History

*CLÁUDIA TOLENTINO GONÇALVES FELIPE**

RESUMO: Este artigo divide-se em três momentos: no primeiro, retomamos a etimologia e as implicações do conceito de utopia; no segundo, mapeamos alguns usos desta categoria em escritos de teor libertário; por fim, indicamos cinco projetos anarquistas que se afinam à concepção de utopia em seu sentido construtivo (ou seja, não pejorativo). Ao censurarem a distopia capitalista/liberal então vigente e projetarem uma eutopia libertária, estes projetos, longe de pensarem a utopia como impossibilidade, trabalham com sua projeção verossímil e datada, concebendo a ação libertária como uma tentativa de romper com as fronteiras nacionais e materializar um lugar igualitário e acolhedor que favorecesse a anarquia, modelo de sociedade recorrentemente concebido como uma quimera.

Palavras-chave: Utopia; Anarquismo; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRAC: This article is divided into three moments: in the first, we resume the etymology and the implications of the concept of utopia; in the second, we mapped some uses of this category in writings of libertarian content; finally, we indicate five anarchist projects that are in tune with the conception of utopia in its constructive sense (not pejorative). By censoring the capitalist/liberal dystopia then in force and designing a libertarian eutopia, these projects, far from conceiving utopia as an impossibility, work with its credible and dated projection, conceiving the libertarian project as an attempt to break with national borders and materialize an egalitarian and welcoming place that favored anarchy, a model of society recurrently conceived as a chimera.

Keywords: Utopia; Anarchism; Second World War.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente Associada I do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em História das Crenças e das Ideias Religiosas (HCIR/CNPQ/UEM) e do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR-UEM). E-mail: claudiatolentino.ufu@gmail.com

> *A utopia não é mais que uma pequena semente sepulta na terra, mas destinada a germinar em um futuro melhor (FIRPO, 2005, 237).*

Em 15 de junho de 1946, o anarquista Edgard Leuenroth publicou um artigo no jornal *Ação Direta*[1] no qual explorou alguns fragmentos de seu projeto utópico de transformação da sociedade brasileira nos moldes do anarquismo[2]. Partindo da afirmação de que a Segunda Guerra Mundial, resultado do "choque de ambições e da exploração do homem pelo homem" no sistema capitalista, teria estremecido as bases nas quais se assentavam a organização de todas as sociedades do globo, o militante advertiu que um novo conflito dessa magnitude levaria, inevitavelmente, à ruína completa da humanidade. Tendo em vista o perigo iminente, Leuenroth ponderou que, para alguns, melhorias de caráter imediato seriam suficientes para manter o "edifício" em pé; para outros, apenas uma transformação completa nas suas bases e estruturas poderiam impedir um desabamento. O anarquista advertiu que de nada adiantaria a realização de conferências e tratados pela paz entre os representantes das nações do pós-guerra, pois seriam medidas provisórias e inúteis. A seu ver, apenas a construção de uma nova sociedade, a anarquia, poderia promover uma paz duradoura entre os povos:

> O rancho de pau-a-pique em que vivemos ameaça desabar ao impulso de uma ventania mais forte dos varjões de leste. Os esteios roídos pelo cupim exigem substituição, as goteiras da coberta reclamam uns molhos de sapé precisando-se, ainda, tapar, com punhados de barro os buracos das paredes e socar terra nos desníveis do chão-batido. É preciso pô-lo em condições de nos dar morada por mais algum tempo, enquanto cuidamos da mudança. A planta da casa grande já está sendo ultimada, para que não se retarde a sua construção. Será um grande e belo edifício ensolarado, com amplas janelas, por onde entrará muito ar e muita luz. Terá cômodos espaçosos, forrados e assoalhados, e, ainda, uma dispensa farta. Ao mobiliário se juntarão o rádio, a televisão e a geladeira, e, na sala do lado, não faltaria uma estante de livros. Apressemos-lhe a construção, a tempo do rancho não nos cair em cima (LEUENROTH, 1946, 01).

No fragmento acima, Leuenroth enumerou os benefícios da utopia anarquista. Nela, as mazelas e sofrimentos próprios da sociedade capitalista seriam abolidos por completo; a luz se perpetuaria, pondo fim à escuridão. Para tanto, a planta da casa,

1 Publicado inicialmente no final da década de 1920, o jornal *Ação Direta*, dirigido pelo anarquista José Oiticica circulou na cidade do Rio de Janeiro no pós-Segunda Guerra entre 1946 a 1958.

2 O anarquismo, segundo Rudolf Rocker, é uma corrente intelectual voltada para a questão social. Seus adeptos defendem a abolição de monopólios econômicos e de todas as instituições políticas e sociais coercivas. Eles anseiam pela libertação do homem da exploração e opressão intelectual, social e política. Advogam pela construção de outra humanidade, calcada nas premissas da liberdade, da igualdade e da solidariedade. O anarquismo, no entanto, não é um "sistema social fixo e fechado, mas uma tendência definida no desenvolvimento histórico da humanidade". Rocker afirma que o "anarquismo não acredita em nenhuma verdade absoluta ou em qualquer objetivo final definido para o desenvolvimento humano, mas em um aperfeiçoamento ilimitado dos padrões sociais e condições de vida humana que estão sempre se esforçando para chegar em formas mais elevadas de expressão, às quais por esse motivo, não podem designar nenhum fim definitivo ou estabelecer nenhum objetivo fixo". Há ainda que se ressaltar o caráter múltiplo do anarquismo: formado por contribuições teóricas de vários escritores, o anarquismo é plural, havendo várias ramificações que condensam formas diferentes de atuação frente ao autoritarismo e à exploração do homem pelo homem. Ver: (ROCKER, 2005, p. 15).

ou melhor, o projeto utópico da anarquia, foi anunciado como uma necessidade e uma garantia na edificação dessa nova ordem social. Imaginar, escrever, projetar os fundamentos, a organização e o funcionamento da anarquia era, para o autor, uma urgência nos tempos sombrios então vivenciados. Se o sistema sobre o qual se vivia estava falido, arruinado, não restava outra saída senão transformá-lo. Projetar novas formas de vida e de convivência entre os homens no pós-guerra era uma preocupação não apenas de Edgard Leuenroth, mas de vários outros anarquistas ao redor do mundo que se voltaram para a promoção da anarquia como uma utopia possível de ser efetivada.

Neste artigo, retomamos algumas discussões feitas por anarquistas no pós-Segunda Guerra a fim de mapear o conceito de utopia em seu caráter positivo[3]. Compreendendo a anarquia como uma utopia do presente prestes a se concretizar no amanhã, parece-nos interessante analisar a maneira como os militantes retomaram esse conceito atribuindo-lhe uma importância ímpar para a concretização de mudanças profundas no seio da sociedade capitalista marcada por autoritarismos e desigualdades. Estamos falando de um momento que ainda experimentava as consequências da Segunda Guerra Mundial e no qual buscava-se alternativas para a não repetição das atrocidades e violências então testemunhadas. Em um primeiro momento retomamos a etimologia e as implicações do conceito de utopia; no segundo, mapeamos alguns usos desta categoria em escritos de teor libertário do pós-Segunda Guerra; por fim, indicamos cinco projetos anarquistas que se afinam à concepção de utopia em seu sentido construtivo, ou seja, não pejorativo. Ao censurarem a distopia[4] capitalista/liberal então vigente e projetarem uma eutopia[5] libertária, estes projetos, longe de pensarem a utopia como impossibilidade, trabalham com sua projeção verossímil e datada, concebendo a ação libertária como uma tentativa de romper com as fronteiras nacionais e materializar um lugar igualitário e acolhedor que favorecesse a anarquia, modelo de sociedade recorrentemente concebido como uma quimera.

3 É importante ressaltar que o duplo sentido, positivo e pejorativo, que comumente é atribuído ao conceito de utopia, estava presente nos discursos libertários do pós-Segunda Guerra. Se alguns militantes buscavam desconstruir o sentido negativo atribuído aos anarquistas como utópicos sonhadores, outros acusavam o Estado pela promoção de um discurso utópico ilusório. No jornal *L'adunata dei refrattari*, datado em 1956, por exemplo, encontramos a seguinte indagação: "O que você pode imaginar mais utópico do que governar?". Os articulistas do jornal acusam o sistema eleitoral de ser utópico e promotor de falsas idealizações, como a compreensão de uma sociedade absolutamente unificada por valores comuns. Ver: (L'ADUNATA DEI REFRATTARI. 1956, p. 04.). Interessa-nos, neste artigo, compreender o uso positivo de utopia pelos militantes libertários.

4 Sobre o significado do termo distopia, Sargent escreveu a seguinte nota: "Distopia ou utopia negativa - uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor pretendia que um leitor contemporâneo considerasse pior do que a sociedade em que esse leitor viveu". Ver: (SARGENT, 2016, p. 15.).

5 Sobre o conceito de eutopia, Sargent esclareceu: "Eutopia ou utopia positiva - uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor pretendia que um leitor contemporâneo visse como consideravelmente melhor do que a sociedade em que esse leitor viveu". Ver: (SARGENT, 2016, p. 15.).

O que é utopia?

O conceito foi cunhado por **Thomas Morus** para dar título a seu "romance filosófico", em 1516. De lá para cá, foram-lhe atribuídos sentidos variados e até mesmo antagônicos. Há quem conceba a utopia como um ideal político, social e/ou religioso de difícil/improvável realização. Outros consideram-na uma manifestação de romances fantasiosos, imaginários ou fictícios projetados por intelectos criativos. Estudiosos assinalam, todavia, que apesar da longa duração do conceito, não houve um consenso quanto ao seu significado, existindo discordâncias fundamentais que dificultam sua definição (QUARTA, 2006; TROUSSON, 2005). Há, entretanto, alguns problemas que precisam ser elencados quando o intuito é compreender o gênero discursivo utópico.

Em primeiro lugar, gostaríamos de salientar um equívoco, que abordaremos a seguir, decorrente da associação imediata entre utopia e um ideal de perfeição. De acordo com Lyman Sargent, uma sociedade perfeita remeteria a algo acabado, completo, sem possibilidade de modificação futura e, portanto, apartado da história, pois livre das contingências. Para ele, a utopia é como uma fotografia capaz de captar um momento no tempo. A projeção desses futuros carrega consigo aspectos vivenciados por seus autores e deixa sempre portas entreabertas para a criação do novo por meio da ação humana. Mudanças desprovidas de radicalidade também são esperadas nas sociedades utópicas, o que demarca seu caráter histórico e humano (SARGENT, 2005, p. 153).

Em termos etimológicos, Quarta (2006) destaca que o "u" da palavra utopia pode assumir um duplo significado: como "ou" (não) em sua transliteração de negação, e "eu" (bem, bom) como aférese do prefixo, de significado invariavelmente positivo. Em Morus, a *ou-topia,* o não lugar, representa o pensamento crítico: é um estado negativo que não tem fim em si mesmo, e que necessita do estado positivo (a *eu-topia)* para tornar-se algo projetual, a "boa sociedade", um "vir a ser". Nesse sentido, a dimensão crítica encontra-se estreitamente ligada à dimensão projetual, ou seja, a *ou-topia* não pode se dar sem a *eu-topia* e vice-versa. De acordo com Cosimo Quarta,

> a duplicidade semântica do "u" inicial induz a configurar a utopia como o "lugar do bem", a "sociedade virtuosa e feliz" (eu-topia) que "não tem lugar" (ou-topia). Só que aquele "não lugar" não se identifica com o puro "não ser", com o nada, mas é antes um "não haver", algo que "não é", apenas em linha de fato. Trata-se, em outros termos, de um *não ser aqui e agora,* que, contudo, não impede que possa ser algures e no futuro (QUARTA, 2006, 49).

Essa alegação coloca em xeque a compreensão da palavra utopia como substantivo que designa sonho irrealizável, fantasia, quimera, insensatez, ideal inverossímil, improvável e/ou fictício. Para Quarta, a riqueza semântica do termo cunhado por Morus foi desconhecida e banalizada por gerações de críticos que tendiam a ignorar o caráter histórico da obra. No primeiro livro da *Utopia* é possível vislumbrar a dimensão crítica, que se constitui de um exame severo das instituições e costumes da Inglaterra do século XVI. Já no segundo livro, encontra-se a parte

projetual da obra, que também contém elementos de crítica em meio à descrição da ilha. A obra de Morus

> nasce, de fato, da aguda consciência, que é ao mesmo tempo crítica e ética, dos males sociais e da vontade de superá-los. E é precisamente desta vontade de bem que se origina o projeto de uma sociedade fundada sobre a liberdade, sobre a justiça, sobre a igualdade, sobre a paz (QUARTA , 2006, 51).

Ao salientar o caráter crítico, ético e, portanto, histórico da *Utopia* de Morus, Quarta deixa entrever a relevância da consciência humana no processo criativo de elaboração do pensamento utópico. Utopias são, a seu ver, parte e uma necessidade do porvir humano. Sendo assim, a utopia só pode ser compreendida se encarada como um projeto cuja característica nuclear seria voltar-se para um futuro imaginado que nega aspectos do presente de enunciação. Nesse caso, não se trata mais de algo inverossímil ou impossível, mas de uma projeção, de uma iniciativa histórica que contradiz aspectos do presente, compreendidos como dispensáveis e/ou insuficientes. Há que se pensar que o elogio é sempre uma censura às avessas, ou seja, o elogio dirigido a um futuro possível indica, simultaneamente, uma crítica aos males que acometem o presente, acompanhada de preceitos éticos e morais que visam a melhoria da sociedade. Nesse sentido, Quarta argumentou que toda utopia deve ser compreendida como um processo histórico que a humanidade, no curso de sua jornada, de geração em geração, desenvolve e reelabora, para suprir suas carências, suas necessidades.

O famoso livro de Morus carrega consigo as experiências decorrentes de grandes viagens, como aquelas empreendidas por Colombo, Vasco da Gama e Américo Vespúcio. A própria narrativa de viagem é um gênero discursivo que ganhou notoriedade em razão das empresas ultramarinas. Como nos lembra Frank Lestringant, o mundo desenhado pelas viagens marítimas é um “mundo-arquipélago”, no qual a ilha surge como “elemento privilegiado de uma geografia maleável, cuja forma e desenho são passíveis de infinitas reconstruções, que obedecem a projetos políticos particulares” (LESTRINGANT, 2006, 156). O mundo estava sendo lentamente cartografado, o que abalava antigos mitos, mas também alimentava expectativas quanto ao que haveria de ser encontrado. O tempo do qual estamos tratando assentava-se em projeções milenaristas, o que, de um lado, sugeria a possibilidade de se encontrar o paraíso terrestre e, de outro, reconhecia a iminência do fim dos tempos, noção corrente e alimentada pelas tradições judaico-cristãs. Em sua *História do Medo no Ocidente*, Jean Delumeau sugeriu que a busca pelo paraíso terrestre estava associada aos medos que se agravaram no decorrer do Renascimento. Segundo o autor, era hegemônica a impressão de que ele estaria situado no Oriente, localização que poderia ser confirmada através das representações cartográficas da época. Os relatos de viagem teriam aumentado o prestígio das narrativas míticas, pois as travessias ultramarinas e o mapeamento de um novo continente teriam reforçado os anseios milenaristas e a busca pelo paraíso terrestre (DELUMEAU, 1993).

Laura de Mello e Sousa, no livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, afirmou que, a partir das grandes navegações, o Diabo (e, portanto, o mal) foi transferido para locais

cada vez mais distantes do "centro", ocupado pela Europa cristã. Ao deparar-se com o novo continente, duas versões tornaram-se concorrentes: a primeira, detectável, por exemplo, na carta de Caminha, concebia a terra dos papagaios como possível paraíso terreal (SOUSA, 2009). Sérgio Buarque de Holanda trabalhou com essa versão no livro *Visão do Paraíso*. Outra visão, reforçada especialmente pelos jesuítas, associou as novas terras a um habitat diabólico, que carecia de intervenção católica para a conversão dos homens ali encontrados (HOLANDA, 2000). É sob efeito desse imaginário e dos relatos que o representaram que a *Utopia* apareceu, sendo, portanto, indissociável tanto da perspectiva messiânica relativa ao Novo Mundo quanto das projeções imaginárias que ampararam essa literatura.

Não é por acaso que Morus situou a Utopia no Oceano Atlântico Meridional, um lugar até então pouco conhecido e explorado. Ele atualizou a geografia, a política e a história ao projetar um novo lugar e uma outra forma de organização social. Não podemos nos esquecer de que o conceito de utopia nasce em um século e local nos quais o cristianismo oferecia respostas a todas as coisas. Neste sentido, era necessário descrever um lugar feliz no qual a mensagem cristã ainda não tinha chegado. A esse respeito, Luigi Firpo afirmou que a ideia-guia que nasce do gênero utópico é

> construir mundos nos quais o homem possa resolver os próprios problemas, sempre novos e diversos, assim como de ora em diante toda geração possa governar-se segundo cânones definidos apenas pela razão, isto é, com as forças exclusivas do homem, com sua própria capacidade de análise, de proposta, de debate, de conciliação dos interesses e das tendências, com o objetivo de criar uma comunidade terrena governada pelas leis humanas, isto é, rigorosamente racionais. Isto pressupõe um mundo isolado, quase sob uma redoma de vidro, e segregado de tudo aquilo que constitui a civilização do Ocidente: uma civilização substancialmente cristianizada (FIRPO, 2015, p. 233).

Com efeito, essa característica torna-se fundamental para a conceituação da utopia, que é construída, necessariamente, pela negação do presente vivido e pela vontade do homem de construir uma história alternativa e nova (TROUSSON, 2005, 128).

O sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman, ao discorrer sobre o significado do termo utopia, afirmou que ele desempenha um papel de transcendência. Trata-se de um constante choque entre presente e futuro, impulsionador do processo histórico rumo ao devir. Bauman elencou uma série de funções das utopias na promoção do pensamento humano: relativização do presente e quebra da continuidade histórica, uma vez que, a partir de uma atitude crítica, examina-se fragilidades de contextos pré-estabelecidos e expõe-se o campo das possibilidades; são programas constituídos por aspectos da cultura e partem da experiência e da observação do tempo presente para o desenho das ânsias de seus contemporâneos; elas nunca são neutras e carregam posições e leituras de mundo dos seus autores e dos grupos dos quais fazem parte. Por outras palavras, e para resumir o que Bauman afirmou, as utopias não são nem verdadeiras, nem falsas: são verossímeis, datadas, possíveis. Elas não se encontram à parte, situadas fora do tempo: muito pelo contrário, elas encontram-se no e são fruto do tempo (BAUMAN, 1976, 45). Tendo em vista estas considerações, convém

perscrutar ao longo desse artigo particularidades de utopias libertárias que circularam no meio anarquista entre os anos 1945 a 1970.

O ideal utópico libertário

Em um artigo publicado no *Yale Law Journal* em dezembro de 1947, o sociólogo americano David Riesman fez a seguinte declaração: "um renascimento da tradição do pensamento utópico parece-me uma das importantes tarefas intelectuais de hoje" (RIESMAN, 1947, 173). Para o autor, o fim da Segunda Guerra Mundial teria instaurado um mundo de desencanto: frente a esse panorama, os intelectuais precisavam profetizar a restauração da paz por meio de um pensamento utópico que projetasse novos planos comunitários. Tal empreitada, segundo ele, havia sido recentemente realizada pelos irmãos anarquistas Percival e Paul Goldman no livro *Communitas*[6] ,que apresenta *três projetos comunitários para a sociedade americana do pós-guerra, sendo um deles ancorado no descentralismo libertário de Piotr Kropotkin e no comunalismo de Gustav Landauer*. A obra utópica dos irmãos Goldman representava, para Riesman, uma resposta aos horrores do século XX, na medida em que ensaiava um modo de viver anárquico em um mundo autoritário e violento.

Em busca de respostas e de caminhos que impedissem a repetição de traumas há pouco testemunhados, a utopia revestiu-se, no pós-guerra, de uma importância ímpar para os libertários. Em outubro de 1969, por exemplo, o cientista político Lyman Tower Sargent reforçou a seriedade da utopia enquanto caminho para a transgressão anárquica. Ele enfatizou, na revista inglesa *Anarchy*, ser de extrema relevância para os libertários a escrita e o estudo de utopias, pois elas delineiam aspectos do pensamento de seus autores dentro de um espaço relativamente breve, possibilitando um maior alargamento da compreensão dos ideais libertários. Para além de uma literatura irreal ou imaginária, Sargent destacou seu caráter histórico, político e social. As utopias, segundo ele, carregariam elementos tanto do presente vivido quanto do futuro desejado, podendo servir de orientação para transformações no mundo presente (SARGENT, 1969, 316-320).

Para os anarquistas não seria suficiente pensar a utopia como impossibilidade ou fantasia. É o que relata, por exemplo, José Oiticica em seu projeto *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, escrito em 1925 e publicado em 1947:

> Também, há 30 anos, era utopia o aeroplano e mais que utopia o projeto de se falar a centenas de léguas, sem fios. Todas as formidáveis invenções modernas, o navio a vapor, a locomotiva, o gramofone, o telefone, o telégrafo, a radiotelegrafia, a eletricidade, os submarinos etc., são ex-quimeras realizadas em um século apenas (OITICICA: 2011, 74.)

Ricardo Mella disse algo similar, ao afirmar que Copérnico, Galileu, Newton, Colombo etc. ainda passariam por utopistas, caso suas ideias não tivessem se confirmado (MELLA, 1889, s/p.). Esse é um lugar-comum recorrente não apenas

6 Ver: (GOODMAN; GOODMAN, *1947.).*

nas utopias anarquistas, mas também em diversos escritos libertários que buscaram reaver o sentido positivo do conceito.

Dentre os textos sobre utopia publicados no pós-guerra, o livro *Caminhos da Utopia*, do filósofo austríaco Martin Buber, escrito na primavera de 1945, foi um dos que tiveram maior circulação no meio libertário. Vários jornais e revistas libertárias de todo o mundo indicaram-no como leitura obrigatória. Assim como Riesman, Buber assinalou a importância das utopias como condição para a existência da humanidade. Elas são, para ele, um movimento constante para o futuro, um vir a ser projetado a partir da experiência e da avaliação das necessidades práticas da sociedade. Michael Löwy, ao referir-se ao projeto utópico de Buber, demonstrou como o título da obra demarca a acepção do autor quanto ao significado da utopia:

> A imagem que ele escolheu para descrever o caminho em direção à utopia não é aquele de uma via férrea percorrida por um trem rápido, uma via já demarcada por duas barras de aço rígidas, sobre as quais a locomotiva da história avança inexoravelmente. Trata-se ainda menos de uma autoestrada cimentada, sobre a qual avançam, numa velocidade atordoante, veículos modernos e eficientes. Trata-se de caminhos modestos, no plural, através dos quais os indivíduos, os grupos humanos, procuram sua direção, sobre as montanhas ou na floresta. Os caminhos são com frequência inexistentes, de modo que a direção é traçada pelo passo dos próprios viajantes, à medida em que, titubeando, eles avançam (LÖWY, 2009, 76).

Para Buber, utopias são “desdobramentos de possibilidades, latentes na vida comunitária da humanidade” (BUBER, 1958, 14). Não é por acaso que ele fez uso da metáfora da linha, assim como Paul Goldman, para assinalar a importância de se traçar e retraçar as linhas de demarcação das relações sociais, políticas e econômicas de acordo com as demandas da sociedade. A utopia buberiana é marcada pela defesa de uma reestruturação social que dispensa elementos centralistas, rígidos e autoritários. Nela, as relações entre os indivíduos devem ser sempre dinâmicas, flexíveis e ancoradas no apoio e no respeito mútuos. A seu ver, a imagem desenhada no espaço utópico deve ser composta de linhas sem pontos fixos. As relações entre o indivíduo e a comunidade são constantemente redesenhadas e reinventadas de acordo com as contingências e necessidades.

O livro de Buber fornece um reexame do ideal utópico e ressalta o valor dessa aspiração para a humanidade. Partindo de um levantamento sobre o pensamento socialista moderno, com base em autores como Fourier, Saint-Simon, Owen e Proudhon, o autor atestou que Marx empregou o conceito de utopia de forma pejorativa, condenando o socialismo utópico como algo ilusório e irrealizável, destituído da cientificidade do materialismo histórico. Para Buber, a dialética marxista não era suficiente para resolver os problemas sociais, pois partia de um esquema de casualidades e verdades deterministas. As propostas libertárias, por outro lado, forneciam caminhos profícuos para transformação da sociedade. Tal como o anarquista Gustav Landauer[7], Buber defendia a ideia de que a revolução deveria tornar-se um

7 Gustav Landauer (1870-1919) foi um dos principais teóricos do anarquismo na Alemanha no final do século XIX e início do século XX. Era um defensor do comunalismo e do pacifismo. Tornou-se amigo íntimo de Martin Buber em 1900, quando juntou-se ao grupo literário *Neue Gemeinschaft* (Nova

elemento constitutivo da ordem social através do alastramento de novas formas de relações comunitárias, ancoradas no diálogo, na solidariedade e no respeito mútuo[8]. A utopia seria, portanto, um processo dinâmico, e não a elaboração de um projeto rígido e estático de sociedade. Ela teria como objetivo alcançar um intercâmbio harmonioso entre o homem, a sociedade e a natureza, sendo, desse modo, uma "revolução permanente" que buscava constantemente novos caminhos para aperfeiçoar uma realidade imperfeita. Longe de aspirar um modelo atemporal, o projeto em questão considerava fundamental uma adaptação à contingência e, portanto, à história.

Na edição de agosto de 1962, o jornal *O Libertário*[9] recorreu a uma citação do anarquista pacifista belga Jean Van Lierde que gostaríamos de retomar:

> Só a não-violência revolucionária pode impedir o suicídio coletivo da humanidade. Podereis tratar-nos de utopistas, a utopia é o nome que se costuma dar às ideias que amanhã serão realidades da vida. Podereis dizer-me que estou errado. Pois bem, assim mesmo, eu prefiro me enganar nesta utopia, sem assassinar ninguém, que ter razão em meio de cemitérios e de ruinas (LIERD, 1962, 01).

Em meio à destruição em massa promovida pelas guerras, Van Lierde considerou a não-violência revolucionária como um caminho para a edificação de uma sociedade pacificada. A utopia, no caso, foi concebida como um projeto de transformação do presente vivido. Longe de representar uma quimera, ela foi apontada como um porvir. Algo parecido foi dito em 1947, no jornal *Ação Direta*: na ocasião, Dr. Satã, pseudônimo do anarquista português Roberto das Neves, afirmou que normalmente o anarquismo é concebido como uma utopia por parte dos "filhos ilegítimos de Karl Marx no órgão nazisoviético". Em contrapartida, Dr. Satã disse que "a utopia é o ponto-de-partida de todo progresso e o germe de um melhor futuro". Em seguida, arrematou insistindo que "as utopias de ontem são as realidades de hoje, do mesmo modo que as utopias amaldiçoadas e escarnecidas de hoje serão as

Comunidade). O pensamento de Landauer teve forte influência sobre Buber. Inspirado em pensadores como Étienne de la Boétie, Landauer afirmava que o estado capitalista não poderia ser "esmagado", muito pelo contrário: o estado viveria dentro de cada ser humano, sendo essa uma condição, uma relação entre os homens, um modo de comportamento arraigado na sociedade. A sua destruição, nesse sentido, só poderia ocorrer quando passássemos a nos comportar de maneira diferente, quando nos auto-emancipasse. O anarquista apregoava a necessidade de reestruturação da sociedade de baixo para cima, condenando a prática de atos violentos e terroristas. Apostava, assim, na criação de cooperativas pacíficas e de resistência passiva ao Estado, e não na rebelião armada. Também defendia a criação de comunidades rurais e urbanas voluntárias para que o homem pudesse "construir a nova sociedade dentro da casca da velha". Aos poucos essas comunidades se expandiriam e tornar-se-iam uma inspiração para que outros homens se desviassem do sistema capitalista e do Estado tornando a anarquia a única estrutura social possível. Ver: (HORROX, 2011).

8 Buber valorizava o companheirismo, a ajuda mútua, a cooperação e a convivência harmônica como elementos fundamentais para a construção de uma nova ordem social às margens do Estado. Emmanuel Lévinas, um dos maiores críticos da obra de Buber, acreditava, todavia, que o filosofo não levava em conta a questão ética nas relações entre os homens. Enquanto para Buber a relação entre o eu-tu deve basear-se na reciprocidade, para Levinas essa relação deve ser assimétrica e vertical. A horizontalidade apagaria, a seu ver, as diferenças entre o eu e o tu, enquanto a verticalidade seria capaz de preservar a diferença do outro, a alteridade. Para Levinas o totalitarismo ontológico da filosofia burberiana resultaria inevitavelmente em um totalitarismo político. Ver: (LEVINAS, 1976.).

9 Jornal paulista publicado entre os anos 1960 a 1964 sob a direção do anarquista Pedro Catallo.

realidades fecundas e belas de amanhã" (SATÃ, 1947, 03). Em outro número do *Ação Direta*, também de 1947, Raul Vital falou que o anarquismo "não é utopia": todas as ideias "avançadas", segundo o autor, "têm sido consideradas como utopias antes de serem adotadas". Por fim, mobilizou mais uma vez o lugar-comum há pouco aludido: "A utopia de hoje é a realidade de amanhã" (VITAL, 1947, 01). O que aparentemente soa contraditório (afirmar que não se trata de utopia para, em seguida, dizer que é utopia na medida em que esse conceito remete a uma realidade verossímil projetada no amanhã) alude a dois sentidos comumente associados à utopia: um pejorativo e outro construtivo.

O tradutor libertário Daniel Brilhante de Brito, em artigo escrito em 1951 nas páginas do *Ação Direta*, tratou das noções preconcebidas associadas à palavra utopia. Segundo o autor, para além da acepção pessimista que pensa a utopia como quimera ou fantasia irrealizável, há uma conotação positiva, apropriada pelos anarquistas. No caso, são utópicas todas as revoluções ou movimentos transformadores e/ou libertadores, na medida em que concretizam um novo estado de coisas. Trata-se de um processo permanente de adaptações e readaptação do homem às instabilidades do meio geográfico e social. Como insiste o autor,

> numa sociedade anárquica não vemos o absoluto, mas o perfectível; o anarquismo não é, propriamente, uma finalidade, é um meio de elaboração constante de novas formas, cada vez mais ricas e fecundas, de vida social; meio esse manifestado numa organização de caráter dinâmico, mutável e de constante vir-a-ser (BRITO, 1951, 04).

Brito colocou em xeque a ideia de que o anarquismo seria uma doutrina estática, finalista ou absoluta. Ao contrário, seu objetivo nuclear seria o de romper com cristalizações, deixando aos próprios homens a gerência de seus problemas, e não às instituições. A utopia adquire, assim, o papel de alavanca do movimento contínuo da sociedade. Esse tipo de discussão sobre a utopia é muito recorrente em jornais e revistas anarquistas do pós-guerra[10]. Boa parte dessas discussões tentaram mostrar que a anarquia não seria uma utopia no sentido negativo, como no caso de um texto de Germinal publicado em novembro de 1946, no qual afirmou que, longe de ser uma ilusão destrutiva, a utopia é uma propulsão construtiva da vida social.

> Toda revolução, com efeito, é a substituição de uma utopia (ideal) por uma topia (permitam-me o termo, sinônimo de ordem social). Na história, sempre se depara esta sequência: uma topia gerando uma utopia; esta cresce, triunfa e se faz topia; gera outra utopia que se alarga até vencer, firmando-se em topia, e assim por diante. (GERMINAL, 1946, 01)

O ideal utópico foi encarado, nesse caso, como uma necessidade, uma condição para a revolução social. Revolução destituída de ideal seria, para ele, o

10 Encontramos mais de trinta artigos que versam sobre a temática da utopia nos jornais e revistas anarquistas consultados ao longo da pesquisa. A título de exemplo, ver: DAS. Planificación del futuro. *Accion Libertaria* - Órgano de la Federación Libertaria Argentina (F. L. A.), Buenos Aires, 1965, ano XXXI, n. 919, p. 07; OCANA Floreal. En la anarquia. *Tierra y Liberdad*, México, 1965, ano XV, n. 167, p. 03; MORONI, Alberto. Motivi di attualità. *Volontà*, Genova, 1968, ano XXI, n. 04, p. 193-196; FABBRI, Luce. Em cada passo, tornar a meta uma realidade. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 1968, ano XII, n. 133, p. 01.

mesmo que um levante, uma revolta ou uma insurreição. Sendo assim, também aqui a utopia aparece como condição para a evolução/transformação da sociedade.

Projetos utópicos libertários

Entre o ano de 1945 a 1970 circularam no meio libertário vários projetos utópicos de caráter anarquista[11]. Desde o século XIX, os libertários assinalavam a importância de se construir novas formas de vida e convivência entre os homens. Sendo assim, a escrita de projetos utópicos poderia ser concebida como um instrumento de explanação das mudanças almejadas pelos militantes[12].

Registramos, ao longo de nossa busca, mais de dez projetos anarquistas publicados em diferentes partes do globo entre 1945-1970. Para este artigo, escolhemos apresentar, brevemente, cinco deles, que tiveram maior circulação tanto no Brasil, quanto em outras partes do globo.

O primeiro projeto utópico que selecionamos foi *Les anarchistes et le probleme social*, elaborado por militantes anarquistas franceses ligados à Fédération Anarchiste da França. O texto foi publicado em 1945, na íntegra, no jornal anarquista francês *Le Libertaire*, que possuía ampla circulação internacional. Após apresentar uma reflexão crítica sobre os fundamentos da sociedade capitalista vigente, os autores projetam uma sociedade anarquista para a França ancorada no federalismo e no associativismo. Em linhas gerais, após elucidar que os problemas enfrentados pela sociedade francesa seriam consequência da ordem vigente, propõem-se a abolição do Estado capitalista e uma reorganização da sociedade francesa por meio de confederações de comunas municipais, regionais e nacionais. Na nova sociedade todas as decisões tomadas seriam efetuadas por meio de assembleias e conselhos realizados de acordo com as demandas e necessidades dos seus habitantes. A liberdade, a igualdade e a solidariedade são apontadas como princípios reguladores da organização política, social, econômica e moral da utopia libertária. Na parte final do projeto os militantes afirmam que apesar de ter sido imaginada para a França, espera-se que a utopia ali delineada se estenda ao mundo inteiro[13].

O segundo projeto, *Análise e Síntese Libertária*, foi escrito em 1963 por Antônio Lisenko, pseudônimo do anarquista brasileiro Ênio Cardoso. Além de uma versão impressa em forma de brochura, boa parte de seu conteúdo foi publicado nas páginas do jornal carioca *Ação Direta*. O texto de Lisenko foi inspirado em reflexões de artigos sobre a anarquia presentes na revista *Reconstruir*, publicação argentina que contou com a participação de nomes de peso sobre o anarquismo, tais como J.

11 Cabe reforçar que a associação dos projetos como utópicos, no sentido positivo que o termo evoca, foi uma iniciativa nossa, e não dos militantes anarquistas que os produziram.

12 Importante ressaltar, também, que nunca houve uniformidade entre os anarquistas quanto à pertinência em se publicar utopias anárquicas. Enquanto para alguns a utopia era uma construção mental rígida, para outros ela é concebida como uma orientação necessária no processo de construção conjunta da anarquia pelos homens.

13 Ver: (FÉDÉRATION ANARCHISTE, 1945).

Gonzalez Malo e Jacob Prince. O autor, após realizar críticas severas aos arranjos da sociedade capitalista e ao autoritarismo do Estado, concebe a anarquia por meio de uma orientação horizontal, partindo de agrupamentos simples para agrupamentos compostos, e enfatizando a importância da autonomia das partes como também da unicidade do todo na organização da nova sociedade. "A prática constante do federalismo nas relações orgânicas e funcionais da Federação Local, permite efetiva participação de todos os seus integrantes nas suas deliberações"[14]. Com esse funcionamento, elimina-se personalismos e incentiva-se o acordo e apoio mútuos.

O terceiro projeto, denominado *Qual a solução para o Brasil?*, foi organizado para publicação na década de 1960 por Edgard Leuenroth. Este militante reuniu alguns artigos seus publicados em jornais libertários brasileiros (entre 1946 e 1963) com o intuito de publicar um livro no findar da década de 1960, mas faleceu antes de finalizar o projeto. O título, *Qual a solução para o problema do Brasil?*, indica que sua preocupação mais imediata é o Brasil, muito embora o conteúdo do projeto indique a possibilidade de expansão da utopia libertária para outras paragens. A proposta de Leuenroth de organização federativa da sociedade brasileira partia das comunas, que seriam responsáveis pela resolução de todos os problemas e necessidades das zonas de sua localização. É oferecida a ela uma larga autonomia para a resolução dos problemas que lhe forem peculiares. Em substituição ao centralismo do sistema capitalista, Leuenroth afirmou que o sistema federalista poderia garantir a liberdade e o bem-estar de todos: "patenteia-se, assim, as vantagens oferecidas pelo sistema federativo – natural e maleável – em substituição do centralismo – arbitrário e limitador"[15]. As comunas estariam assentadas no "princípio da administração das coisas e não na ação governamental sobre o indivíduo"[16].

O quarto projeto utópico que selecionamos, *Preanarquia,* foi escrito por Randolfo Vella, publicado na Itália em 1931 e republicado no Brasil no ano de 1963. Vella esboça os fundamentos do ideal anárquico, resumindo-os em cinco tópicos: abolição do Estado e de seus instrumentos de coerção (política, magistratura, exército etc.), eliminação da propriedade privada e da moeda, repartição das fontes e dos meios de produção, segundo a máxima "A cada um segundo as suas necessidades", abolição das fronteiras e das guerras, irmandade de todos os povos. Após algumas digressões, Vella pondera sobre a necessidade de um preparo prévio: a pré-anarquia, no caso, seria uma "ponte" que ligaria o autoritarismo e a desigualdade do presente à forma igualitária e libertária do futuro. Ela seria um instrumento de educação e sensibilização do homem, no qual valores como a solidariedade e a responsabilidade adquirem um papel central[17].

O quinto e último projeto é *La societé Libertarie*, de Georges Bastien, publicado em língua francesa em 1926, mas vertido para português em 1949 na forma de

14 Ver: (LISENKO, 1963).
15 Ver: (LEUENROTH, s/d,).
16 Ver: (LEUENROTH, s/d,).
17 Ver: (VELLA, 1963.)

excertos no jornal *Ação Direta*[18]*.* Bastien critica a sociedade vigente e afirma que a solidariedade deveria ser um princípio unificador dos homens em uma sociedade livre do centralismo estatal. A anarquia, no caso, seria edificada a partir de um pacto de solidariedade entre todos os seus habitantes. Ao firmar esse pacto, os homens se sentiriam responsáveis uns pelos outros, pois a sua liberdade dependeria da garantia da liberdade do outro, para que todos, obedecendo aos mesmos direitos e deveres, se comportassem como iguais. A necessidade de um Estado regulador da vida social numa sociedade anárquica aparecia frente a esse pacto infrutífero e desnecessário. Aos próprios homens, irmanados em uma sociedade de iguais, caberia a regência de suas vidas.

A brevidade que pressupõem um artigo, nos impede de esmiuçar com mais vagar as características dos projetos utópicos aqui elencados, todavia, gostaríamos de salientar algumas similaridades entre eles: (1) todos partem de uma crítica ao Estado (considerado um órgão parasitário e desnecessário para a organização político-administrativa das sociedades) e ao capitalismo (compreendido como uma distopia, uma sociedade prejudicial, egoísta e incapaz de incentivar ações virtuosas); (2) desconstroem a ideia de uma revolução imediata, destituída de estágios intermediários na construção da anarquia, ao incentivarem a promoção, no dia a dia, de novas relações entre os homens, ancoradas no apoio e no respeito mútuo (primordiais para a consolidação de mudanças efetivas no estabelecimento do pacto social que rege as ações em sociedade), compreendendo assim o presente como momento oportuno para tomar iniciativas que, aos poucos, dariam corpo à anarquia. Incentiva-se uma educação ético-política e a promoção de meios capazes de estimular virtudes silenciadas pelo Estado ou pelo sistema capitalista; (3); e, por fim, edificam o caminho libertário, concebendo-o como uma eutopia ou como uma desconstrução da distopia capitalista. Longe, entretanto, de delinear a utopia anárquica como uma sociedade estanque, ponta e acabada, na qual os homens viveriam um estado de plenitude total, projeta-se um futuro verossímil com base em aspectos do seu presente e a partir de concepções pretéritas, avessas à guerra, ao capitalismo, ao Estado e a outras instituições e ideias entendidas como retrógradas quando se toma como parâmetro os princípios libertários.

As dinâmicas estabelecidas entre passado, presente e futuro trazem à tona uma maneira complexa de se encarar a história, que comumente oscila entre dois polos: um caracterizado pela distopia, e outro pela eutopia. Entre ambos, há um caminho no qual elementos dos dois extremos se associam de forma tensa e tênue. De um lado, destaca-se um campo de experiências (a sociedade vigente) do qual é possível retirar lições, exemplos; de outro, um horizonte de expectativas (a sociedade imaginada) projetado a partir de princípios datados e contrários à distopia (KOSELLECK, 2006, p.117). Parece-nos que essa maneira de encarar os projetos

18 Na apresentação do livro, Bastien pondera que apesar de seu projeto ser firmado no pensamento de teóricos clássicos do anarquismo como Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Malatesta e Faure, as particularidades da sociedade do seu tempo não foram deixadas de lado na elaboração de um programa social claro e preciso. Mais do que um receituário pronto e acabado, o autor afirma que sua intenção é orientar caminhos possíveis para a construção de uma sociedade firmada na liberdade, na justiça e na fraternidade entre os homens. Ver: (BASTIEN, 1926).

utópicos anarquistas ajuda a pensá-los como respostas datadas, levantadas num presente que tentava organizar suas inquietações em torno de determinadas medidas provisórias, transitórias, incompletas.

Enquanto "filosofia da liberdade", a utopia anarquista é tomada como um caminho; uma sociedade perfeita, por outro lado, suporia algo estático, imutável, fora do âmbito da contingência. Em outras palavras, os militantes anarquistas interpretaram o passado, compreenderam o presente e projetaram o futuro com base num compromisso com a história e, simultaneamente, com a humanidade. Dessa forma, mesmo admitindo que o sentido pejorativo também compareça nos jornais libertários do pós-Segunda Guerra, a defesa do caráter positivo do conceito de utopia, presente nos periódicos, pode ser compreendida como uma tentativa de desconstrução de estereótipos que tomam o ideal libertário inverossímil e/ou a-histórico.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. Socialism: the active utopia. London: Routledge, 1976.

BASTIEN, Georges. **La Societé libertaire**. Amiens: Germinal, 1926.

BRITO, Daniel Brilhante. Nossa utopia. **Ação Direta**, ano VI, n. 73, 1951, p. 04.

BUBER, Martin. **Paths in Utopia**. Boston: Beacon Press, 1958.

CINAZO, Jacinto. Formação doutrinária. In: LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo***:* roteiro da libertação social. São Paulo: Mundo Livre, 1963, p. 84-85.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

FÉDÉRATION ANARCHISTE. **Les anarchistes et le probleme social.** Paris: Fédération anarchiste. Groupe Fresnes-Antony, 1978 [1945].

FELIPE, Cláudia Tolentino Gonçalves. **Tópicas Libertárias no pós-Segunda Guerra**: notícias de todo lugar em uma época de intranquilidade. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Unicamp, Campinas: 2019.

FIRPO, Luigi. Para uma definição de utopia. **MORUS - utopia e renascimento**, n. 2, 2005.

GERMINAL. A Revolução Social. **Ação direta***.* Rio de Janeiro: ano I, n. 24, nov. de 1946, p. 01.

GOODMAN, Paul; GOODMAN, Percival. **Communitas***: Means of Livelihood and Ways of Life. Chicago: University of Chicago Press, 1947.*

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HORROX, James. **Gustav Landauer**. Disponível em: https://theanarchistlibrary.org/library/james-horrox-gustav-landauer-1870-1919. Acesso em junho de 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

L'ADUNATA DEI REFRATTARI. Utopia e realtá. Nova York, v. 35, nº 04, jan. de 1956, p.04.

LESTRINGANT, F. O impacto das descobertas geográficas na concepção política e social da utopia. **MORUS – utopia e renascimento**, n. 3, 2006.

LEUENROTH, Edgard. O problema brasileiro sob o ponto de vista dos anarquistas. **Ação Direta**, ano I, n. 9, jun. de 1946, p. 01.

LEUENROTH, Edgard. **Qual a solução para o problema do país?.** Manuscrito, s/d.

LEVINAS, Emmanuel. **Noms Propres**, Fata Morgana, Montpellier, 1976.

LIERDE, Jean Van. War Resistance. **O Libertário**, São Paulo, ano II, n. 10, ago. de 1962, p.01.

LISENKO, Antônio. **Análise e Síntese Libertária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LÖWY, Michael. Messianismo e utopia no pensamento de Martin Buber e Erich Fromm. **Revista WebMosaica**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan.-jun. de 2009.

MELLA, Ricardo. La Nueva utopía. **Certamen Socialista**, 1889, s/p.

OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: Achiamé, 2011.

QUARTA, Cosmio. Utopia: gênese de uma palavra-chave. **MORUS - utopia e renascimento**, n. 3, 2006.

RIESMAN, David. Some observations on community plans and utopia. **Yale Law Journal**, New Haven, 1947, v. 57.

ROCKER, Rudolf. **A ideologia do anarquismo**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005.

SARGENT, Lyman Tower. An Anarchist Utopia. **Anarchy**, 104, out. de 1969.

SARGENT, Lyman. Em defesa da utopia. **Diógenes**, n. 53 (1), 2016.

SARGENT, Lyman. What is a Utopia? **MORUS - utopia e renascimento**, n. 2, 2005.

SATÃ, Dr. Não apoiado! **Ação Direta**, Rio de Janeiro, ano II, n. 39, ago. de 1947, p. 3.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TROUSSON, Raymond. Utopia e utopismo. **MORUS - Utopia e Renascimento**, v. 2, 2005.

VELLA, Randolfo. **Preanarquia**. Tradução de A. Pinto. São Paulo: Edição de Carlos Aldegheri, 1963 [1931].

VITAL, Raul. Não nos confundam. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, ano I, n. 30, fev. de 1947, p. 01.

Recebido em junho de 2020.
Aprovado para publicação em setembro de 2021.